

IPSMI

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAQUAQUECETUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

009. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

Prédio

Sala

Carteira

Inscrição

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **06**.

CONTRATEMPOS

Ele nunca entendeu o tédio, essa impressão de que existem mais horas do que coisas para se fazer com elas. Sempre faltou tempo para tanta coisa: faltou minuto para tanta música, faltou dia para tanto sol, faltou domingo para tanta praia, faltou noite para tanto filme, faltou ano para tanta vida.

Existem dois tipos de pessoa. As pessoas com mais coisa que tempo e as pessoas com mais tempo que coisas para fazer com o tempo.

As pessoas com menos tempo que coisa são as que buzina assim que o sinal fica verde, e ficam em pé no avião esperando a porta se abrir, e empurram e atropelam as outras para entrar primeiro no vagão do trem, e leem livros que enumeram os “livros que você tem que ler antes de morrer” ao invés de ler diretamente os livros que você tem de ler antes de morrer.

Esse é o caso dele, que chega ao trabalho perguntando onde é a festa, e chega à festa querendo saber onde é a próxima, e chega à próxima festa pedindo táxi para a outra, e chega à outra percebendo que era melhor ter ficado na primeira, e quando chega a casa já está na hora de ir para o trabalho.

Ela sempre pertenceu ao segundo tipo de pessoa. Sempre teve tempo de sobra, por isso sempre leu romances longos, e passou tardes longas vendo pela milésima vez a segunda temporada de “Grey’s Anatomy” mas, por ter tempo demais, acabava sobrando tempo demais para se preocupar com uma hérnia imaginária, ou para tentar fazer as pazes com pessoas que nem sabiam que estavam brigadas com ela, ou escrever cartas longas dentro da cabeça para o ex-namorado, os pais, o país, ou culpar o sol ou a chuva, ou comentar “e esse calor dos infernos?”, achando que a culpa é do mau tempo quando na verdade a culpa é da sobra de tempo, porque se ela não tivesse tanto tempo não teria nem tempo para falar do tempo.

Quando se conheceram, ele percebeu que não adiantava correr atrás do tempo porque o tempo sempre vai correr mais rápido, e ela percebeu que às vezes é bom correr para pensar menos, e pensar menos é uma maneira de ser feliz, e ambos perceberam que a felicidade é uma questão de tempo. Questão de ter tempo o suficiente para ser feliz, mas não o bastante para perceber que essa felicidade não faz o menor sentido.

(Gregório Duvivier. *Folha de S. Paulo*, 30.11.2015. Adaptado)

01. É correto afirmar que o título do texto tem sentido

- (A) próprio, indicando os obstáculos que cada personagem encontra quando depara com o tempo.
- (B) próprio, fazendo referência às reações das pessoas às atitudes das personagens.
- (C) figurado, indicando que o tempo é intangível, pouco importando as consequências de subestimá-lo.
- (D) figurado, indicando o contraste na maneira como as personagens se relacionam com o tempo.
- (E) figurado, se associado a “ele”, mas próprio, se associado a “ela”, pois se trata do tempo real.

02. O último parágrafo, ao tratar do encontro das duas personagens, relata

- (A) uma mudança de ponto de vista das personagens, ao mesmo tempo que expressa uma visão negativa da felicidade.
- (B) a opção por se entregar à felicidade, vivendo-a no tempo sempre com a expectativa de que ela o vença.
- (C) o desejo de que o encontro da felicidade represente uma renovação na maneira de viver o cotidiano.
- (D) o anseio por desfrutar momentos felizes sem a interferência das racionalizações, que surgem quando se tem tempo.
- (E) novas maneiras de encarar a felicidade, anulando pensamentos que possam atrapalhar o tempo do convívio.

03. Assinale a alternativa em que o trecho destacado na passagem – Ele nunca entendeu o tédio, essa impressão de que **existem mais horas do que coisas para se fazer com elas**. –, reescrito, apresenta concordância e correção de tempos verbais de acordo com a norma-padrão.

- (A) ... têm mais horas do que coisas que se faça com elas.
- (B) ... há mais horas do que coisas que se façam com elas.
- (C) ... haviam mais horas do que coisas que se faziam com elas.
- (D) ... podia existir mais horas do que coisas que se faziam com elas.
- (E) ...houveram mais horas do que coisas que se fez com elas.

04. Na passagem – As pessoas [...] que buzina **assim que o sinal fica verde** – o trecho destacado expressa, em relação ao verbo que o antecede,

- (A) lugar da ação.
- (B) modo da ação.
- (C) finalidade da ação.
- (D) comparação das ações.
- (E) tempo concomitante das ações.

05. A alternativa que apresenta, nos parênteses, regência verbal de acordo com a norma-padrão, em substituição à expressão destacada no trecho do texto, é:

- (A) ... empurram e **atropelam as outras** para entrar primeiro no vagão do trem (pisoteiam nas outras).
- (B) ...quando chega a casa já está na hora de **ir para o trabalho**. (dirigir-se no trabalho).
- (C) passou tardes longas **vendo pela milésima vez a segunda temporada** de “Grey’s Anatomy” (assistiu pela milésima vez à segunda temporada).
- (D) ...e ambos **perceberam que a felicidade** é uma questão de tempo (conscientizaram-se que a felicidade).
- (E) ...se ela não **tivesse tanto tempo** não teria nem tempo para falar do tempo (dispusesse a tanto tempo).

06. Assinale a alternativa em que a passagem – Quando se conheceram, ele percebeu que não adiantava correr atrás do tempo porque o tempo sempre vai correr mais rápido – está reescrita sem prejuízo de sentido e com a pontuação de acordo com a norma-padrão.

- (A) Ele percebeu, ao se conhecerem, que não adiantava correr atrás do tempo, pois o tempo sempre vai correr mais rápido.
- (B) Tão logo se conheceram, ele percebeu que: não adiantava correr atrás do tempo, portanto, o tempo sempre vai correr mais rápido.
- (C) Ele percebeu que tendo-se conhecido, não adiantava correr atrás do tempo, visto que, o tempo, sempre, vai correr mais rápido.
- (D) Assim que se conheceram ele percebeu: que não adiantava correr atrás do tempo; entretanto, o tempo sempre vai correr mais rápido.
- (E) Conhecendo-se ele percebeu que, não adiantava correr atrás do tempo, contanto que o tempo sempre vai correr mais rápido.

Leia a tira, para responder às questões de números 07 e 08.



(QUINO, *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 256.)

07. O efeito de sentido da tira é produzido pela constatação, pela menina Mafalda, de que

- (A) a primavera é uma estação que chega independentemente do esforço humano.
- (B) a obra divina renova a natureza com as estações, a cada ano.
- (C) as personagens apenas observam umas às outras, sem estabelecer diálogos.
- (D) as personagens atribuem diferentes significados à chegada da primavera.
- (E) o advento da nova estação renova as esperanças dela na humanidade.

08. Diante do contexto, é correto concluir que a palavra “trivialidades” significa

- (A) excentricidades.
- (B) variedades.
- (C) especialidades.
- (D) atrocidades.
- (E) banalidades.

09. O emprego dos termos destacados e do sinal indicativo de crase está de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Sei que para **mim** chegar **onde** cheguei a luta foi dura, frente à frente com muitas dificuldades.
- (B) Sempre soube que em **mim** existe uma tendência à vencer, que me leva **aonde** eu desejo.
- (C) O homem sabe que vai **aonde** quiser, graças à ação de um poder maior que **lhe** conduz os passos.
- (D) Agimos à partir da hora em que deixaram **nós** sozinhos, naquele escritório **aonde** não havia nada.
- (E) Foi à luta, pensando que **onde** fosse estaria sem amigos que **lhe** apoiassem.

10. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal e a conjugação dos verbos estão de acordo com a norma-padrão.

- (A) Eles se disporão a colaborar comigo, se verem que não prejudicarei-os nos negócios.
- (B) Propusemo-nos ajudá-lo, desde que se mantivesse calado.
- (C) Tendo avisado-as do perigo que corriam, esperava que elas se contessem ao dirigir na estrada.
- (D) Todos ali se predisporam a ajudar-nos, para que nos sentíssemos à vontade.
- (E) Os que nunca enganaram-se são poucos, mas gostam de que se alardeiem seus méritos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Na realização do controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário, em algumas situações, é possível verificar a ocorrência do efeito reprecursor. Trata-se de efeito

- (A) decorrente da declaração de inconstitucionalidade, por controle concentrado, de ato normativo que tenha revogado outro ato normativo, provocando o restabelecimento de ato normativo anterior.
- (B) que torna vinculante para todas as instâncias judiciais determinada decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) que, independentemente de disposição expressa, restaura, de forma automática, lei anterior após a lei revogadora perder vigência.
- (D) por meio do qual se altera a data em que iniciará a produção de efeitos da declaração de inconstitucionalidade de determinada norma.
- (E) resultante da não recepção de lei pela Constituição Federal de 1988.

12. De acordo com a Constituição Federal de 1988,

- (A) o direito à saúde é direito social, de segunda geração, garantido apenas aos brasileiros natos ou naturalizados.
- (B) a lei não poderá restringir a publicidade de atos processuais.
- (C) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, exclusivamente, os crimes de tortura, terrorismo, racismo e homofobia.
- (D) é garantido o direito à herança, desde que respeitada a função social da propriedade.
- (E) é possível a extradição de qualquer brasileiro naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, praticados antes ou depois da naturalização.

13. A ação popular, assim como o voto, a iniciativa popular, o plebiscito e o referendo, configura-se como relevante instrumento de democracia direta e de participação política. A respeito da ação popular, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser proposta por qualquer brasileiro nato ou naturalizado.
- (B) Esse remédio constitucional tem por escopo anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- (C) O autor da ação popular é isento de custas judiciais, salvo se a ação for julgada improcedente. Nesse caso, dispensa-se o recolhimento retroativo dos valores, sendo obrigatório, porém, o pagamento das custas judiciais a partir de então.
- (D) A propositura de ação popular, como forma de dar maior efetividade ao direito de petição e ao acesso à Justiça, tal qual o caso excepcional das ações propostas perante os juizados especiais cíveis, pode ocorrer sem a presença de advogado.
- (E) Trata-se de remédio constitucional que pode ser utilizado pelo Ministério Público em razão de pedido subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

14. No processo legislativo,

- (A) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (B) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um quarto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (C) prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de cento e vinte dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- (D) decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará veto.
- (E) as leis complementares serão aprovadas por dois terços dos membros do Congresso Nacional.

- 15.** Em caso de vacância do cargo e diante do impedimento (temporário) do Vice, será chamado para governar:
- (A) o Presidente do Senado Federal, se o cargo for de Presidente da República.
 - (B) o Presidente da Câmara dos Deputados, se o cargo for de Presidente da República.
 - (C) o Presidente do Tribunal de Contas, se o cargo for de Governador do Distrito Federal.
 - (D) o Presidente do Tribunal de Justiça local, se o cargo for de Prefeito.
 - (E) o Presidente do Tribunal de Justiça local, se o cargo for de Governador de Estado.
- 16.** Em relação aos Municípios, a Constituição Federal prevê que
- (A) a criação, fusão, incorporação ou desmembramento de Município condiciona-se exclusivamente à consulta mediante plebiscito às populações dos Municípios envolvidos.
 - (B) é competência do Município manter, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio.
 - (C) as regiões metropolitanas, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum podem, mediante lei complementar, ser instituídas pelos Estados.
 - (D) o número de vereadores da Câmara Municipal deve ser proporcional ao número de eleitores do Município.
 - (E) o total de despesas com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento da receita do Município.
- 17.** No que tange à separação de poderes, as funções atípicas permitem que
- (A) o Poder Legislativo fiscalize o Poder Executivo.
 - (B) os Tribunais Superiores aprovem súmula com efeito vinculante para todos os órgãos da Administração.
 - (C) o Congresso Nacional julgue o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
 - (D) o Poder Legislativo apure fato determinado e por prazo certo com poderes de investigação próprios de autoridades judiciais.
 - (E) o Poder Judiciário declare a inconstitucionalidade das leis por meio do controle difuso.
- 18.** O teto do funcionalismo tem como base parâmetros distintos a depender do ente federativo e da esfera de Poder. Assim, conforme previsão constitucional,
- (A) no âmbito do Poder Judiciário Estadual, o teto equivale ao subsídio mensal dos Desembargadores do TJ, limitado a 85,75% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) no âmbito do Município, tanto na esfera legislativa como na executiva, o teto equivale ao subsídio do Prefeito.
 - (C) no âmbito do Poder Legislativo estadual, o teto equivale ao subsídio mensal do Governador de Estado.
 - (D) os tetos da Magistratura federal e estadual são idênticos, equivalendo a 85,75% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) no âmbito do Poder Legislativo Municipal, o teto equivale ao subsídio mensal dos Vereadores.
- 19.** No tocante à Lei nº 12.527/11, é correto afirmar:
- (A) com a edição do ato decisório fica dispensável o acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo.
 - (B) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicas, devendo o pedido conter os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
 - (C) os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet de dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades, assim como de informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados.
 - (D) a competência prevista para a classificação dos documentos como ultrassecreta e secreta não poderá ser delegada pela autoridade responsável.
 - (E) negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer ao Senado Federal que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

20. Sobre a doação, assinale a alternativa correta.

- (A) A doação em forma de subvenção periódica ao beneficiado permanece como obrigação dos herdeiros, morrendo o doador.
- (B) A doação de um cônjuge a outro importa adiantamento do que lhes cabe por herança.
- (C) Não é possível a doação feita a nascituro, ainda que aceita por seu representante legal.
- (D) A doação é sempre pura, ou seja, não é possível a estipulação de cláusula que onere o donatário.
- (E) A doação far-se-á sempre por escritura pública, por ser uma liberalidade que transfere um patrimônio.

21. No que diz respeito ao testamento, é correto afirmar que

- (A) podem testar os maiores de dezesseis anos.
- (B) a incapacidade superveniente do testador invalida o testamento.
- (C) os absolutamente incapazes podem testar com anuência de seu representante legal e mediante instrumento público.
- (D) o testamento conjuntivo é válido desde que testado por marido e mulher.
- (E) o testamento do incapaz se valida com a superveniência da capacidade.

22. Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro. Tal disposição trata de

- (A) resolução por onerosidade excessiva.
- (B) cláusula resolutiva.
- (C) extinção do contrato por distrato.
- (D) exceção de contrato não cumprido.
- (E) princípio que veda o enriquecimento ilícito.

23. Nos contratos de consumo, as cláusulas abusivas

- (A) transferem responsabilidade a terceiros.
- (B) impõem a conclusão do negócio.
- (C) são nulas de pleno direito.
- (D) invalidam o contrato por inteiro.
- (E) estabelecem a inversão do ônus da prova.

24. Antonio outorgou mandato a João para a compra de uma casa. No entanto, Antonio foi interditado depois dessa outorga. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandato permanece válido, por ter sido outorgado quando Antonio era capaz.
- (B) O curador de Antonio deverá revogar o mandato por instrumento público.
- (C) O juiz da interdição deverá revogar o mandato.
- (D) A interdição equivale à renúncia do mandato.
- (E) Cessa o mandato com a interdição, como ocorreria com a morte do mandatário.

25. João exerceu posse de uma propriedade imóvel, como se sua fosse, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição. Consta no Registro de Imóveis que o imóvel pertence a Antonio e está hipotecado para o Banco X. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) Prevalece a usucapião sobre a hipoteca, como modo de aquisição originária da propriedade.
- (B) O Banco X tem o direito de executar a hipoteca, caso não pague, imitando-se na posse.
- (C) O Banco X tem o direito de executar a propriedade, independentemente de quem seja o titular de sua posse.
- (D) A hipoteca está cancelada desde o momento em que João passou a exercer a posse como se a propriedade fosse sua.
- (E) Não há causa para a extinção da hipoteca, por falta de disposição legal que abranja a situação fática apresentada.

26. Considerando um contrato de locação urbana, assinale a alternativa correta.

- (A) Morrendo o locador, a locação é extinta, estipulando-se prazo de 90 dias para o locatário desocupar o imóvel.
- (B) Em caso de dissolução da união estável, a locação residencial prosseguirá automaticamente com o companheiro que permanecer no imóvel.
- (C) É livre a convenção do aluguel, podendo ser estipulado em moeda estrangeira quando o locador for pessoa jurídica sediada fora do país.
- (D) O locatário poderá exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel no caso de venda por decisão judicial.
- (E) No contrato de locação, pode o locador exigir do locatário uma ou duas modalidades de garantia.

27. Sobre o procedimento e regras que regulamentam a ação direta de inconstitucionalidade, é correto afirmar que

- (A) pode ser proposta por entidade sindical ou órgão de classe no âmbito estadual.
- (B) após sua propositura, é possível que o polo ativo requeira desistência, que poderá ou não ser acolhida pelo relator.
- (C) não se admitirá, pelo texto normativo, intervenção de terceiros, salvo se houver autorização por decisão irrecorrível do relator para que se manifestem órgãos ou entidades.
- (D) as informações, perícias e audiências a serem realizadas eventualmente nos autos da ação em referência, devem ser feitas no prazo máximo de sessenta dias contados da solicitação do relator.
- (E) nessas ações, indeferida a petição inicial, é possível o manejo do recurso de apelação.

28. De acordo com a Constituição Federal, a respeito do procedimento de intervenção federal e estadual, é correto afirmar que

- (A) os Estados são os únicos legitimados a intervir nos Municípios, mesmo que em Territórios Federais, assim como a União nos Estados da federação, por questão de hierarquia constitucional.
- (B) uma das hipóteses de intervenção federal reside no fato de o Estado suspender o pagamento da dívida fundada por mais de três anos consecutivos, salvo motivo de força maior.
- (C) o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação da Câmara dos Deputados ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de quarenta e oito horas.
- (D) cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos não mais poderão retomá-los, sendo que seus sucessores hierárquicos deverão tomar posse em vinte e quatro horas.
- (E) a decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

29. Analise as assertivas a seguir e assinale a correta.

- (A) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- (B) Se o processo tiver corrido, sem conhecimento do Ministério Público, quando este tiver obrigatoriedade de intervir, o juiz tornará nulo todo o procedimento.
- (C) O erro de forma do processo acarreta sua nulidade total não podendo ser aproveitados quaisquer atos praticados nos autos a fim de se observarem as prescrições legais, mantendo-se intacto o princípio do devido processo legal.
- (D) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, não se aplicando, porém, às nulidades que o juiz deva decretar de ofício, nem prevalece a preclusão, provando a parte legítimo impedimento.
- (E) Mesmo quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração da nulidade, o juiz deve se pronunciar sobre ela, mandando repetir o ato, ou suprir-lhe a falta, dependendo do caso.

30. João ingressou com ação contra a Fazenda Pública de Itaquaquetuba, requerendo indenização por danos morais com requerimento de concessão de tutela antecipada. Diante desse quadro, é correto afirmar que

- (A) o prazo para a ré contestar deverá ser contado em dobro e caso venha a sucumbir nos autos, terá prazo quadruplicado para recorrer.
- (B) o pedido de antecipação de tutela formulado por João é inepto, pois pelo princípio da reserva do possível não se admite concessão de liminares contra a Fazenda Pública.
- (C) gozando a Fazenda Pública de gratuidade processual presumida, caso saia vitoriosa na ação movida por João, este não poderá ser condenado ao pagamento de custas e honorários advocatícios.
- (D) caso a ação promovida por João seja julgada totalmente procedente, ainda que a Fazenda Pública não recorra, para que a sentença em regra possa produzir efeitos, necessário se fará a confirmação da decisão pelo Tribunal.
- (E) a citação da Fazenda Pública no presente caso deverá ser realizada primeiramente pelo correio. Caso se veja frustrada a citação, João poderá requerer que a citação seja feita por Oficial de Justiça.

31. Ademar é devedor de um cheque, cujo credor é Manoel. Imaginando que Manoel ingresse com ação de execução, é correto afirmar que
- (A) sendo citado Ademar, terá três dias para realizar o pagamento. Caso o faça nesse prazo, terá como benefício deixar de pagar 10% de multa sobre os valores devidos.
 - (B) Manoel poderá em sua petição inicial declinar quais os bens de Ademar quer ver penhorados para garantir a dívida.
 - (C) a averbação da distribuição da ação nos cartórios, se realizada por Manoel, gerará presunção absoluta de fraude contra credores, caso ocorra a venda do bem averbado.
 - (D) Ademar, ao ser citado, poderá em 15 dias proceder ao pagamento, sob pena de ser-lhe aplicada multa de 10% sobre o valor do débito executado por Manoel.
 - (E) caso Ademar pague no prazo definido em lei, mas o faça de forma parcial, sobre o saldo restante recairá multa de 10%, que será revertida ao final em favor de Manoel.
32. Minerva está há mais de 30 anos na posse de um terreno que fica na zona sul de Itaquaquecetuba. Decide então, preenchidos os requisitos para usucapir o bem, aforar a demanda competente. Nesse caso, é correto afirmar que
- (A) o Ministério Público só deve atuar neste feito caso tenha interesse na área ocupada por Minerva.
 - (B) a ação deverá ser obrigatoriamente instruída com a certidão atualizada do imóvel a ser usucapido, sendo que quem figurar como proprietário do bem deverá obrigatoriamente ser citado por edital.
 - (C) a petição inicial da usucapião deverá obrigatoriamente vir instruída com a planta do imóvel e memorial descritivo, a fim de que se individualize o bem.
 - (D) a sentença que julgar improcedente a ação será transcrita, mediante mandado, no registro de imóveis, independentemente da satisfação das obrigações fiscais por parte de Minerva.
 - (E) não se faz necessária a citação das Fazendas Públicas Municipal, Estadual e da União quando estas, extrajudicialmente, manifestarem seu desinteresse no imóvel requerido por Minerva.
33. Em uma ação de nunciação de obra, Antunes promove embargo da obra contra o proprietário do imóvel vizinho ao seu, Marcos José, estando a obra em andamento. A obra causou a queda do muro da casa de Antunes, e diversas rachaduras em sua casa. Há pedido de antecipação de tutela para que a obra seja paralisada. Tais imóveis ficam na região central de Itaquaquecetuba, sendo que Marcos José mora em Sorocaba.
- Diante desse quadro, assinale a alternativa correta.
- (A) Antunes poderia, neste caso, antes de propor a ação de nunciação de obra nova, embargar extrajudicialmente, notificando verbalmente, diante de duas testemunhas, Marcos José, ou na sua falta, o construtor, para não continuar a obra. Depois deveria, caso assim agisse, 3 (três) dias após tal notificação, requerer ratificação em juízo, sob pena de cessar o efeito do embargo realizado verbalmente.
 - (B) Caso o juiz indefira o pedido de antecipação de tutela, caberá a Antunes interpor Agravo de Instrumento, que será endereçado ao juízo da causa. O juiz poderá retratar-se, caso em que não remeterá os autos para superior instância.
 - (C) A ação poderá ser proposta tanto em Itaquaquecetuba como em Sorocaba, pois a competência em casos como esse é relativa.
 - (D) É lícito ao juiz conceder tutela de urgência somente após justificação prévia, preservando-se o princípio do contraditório.
 - (E) Mesmo que a obra não atenda aos requisitos administrativos, sendo prestada caução por Marcos José, o juiz autorizará o curso da construção até o término do processo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

34. A respeito da estruturação da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta.
- (A) As agências executivas possuem natureza de pessoa jurídica de direito privado, diferenciando-se, assim, das autarquias e fundações.
 - (B) As agências reguladoras são autarquias com regime jurídico especial, dotadas de autonomia reforçada em relação ao ente estatal.
 - (C) As empresas públicas estão necessariamente revestidas da forma jurídica de sociedade anônima.
 - (D) Os empregados das empresas estatais estão necessariamente submetidos ao teto remuneratório.
 - (E) As fundações públicas de direito privado, assim como as autarquias, são criadas por lei.

35. Sobre os poderes administrativos, é correto afirmar que

- (A) ocorre excesso de poder quando a atuação do agente busca alcançar finalidade diversa do interesse público.
- (B) é constitucional lei que firma ser de competência de entidades privadas o exercício do serviço de fiscalização das profissões regulamentadas.
- (C) o poder de polícia permite que a Administração aplique sanções em agentes públicos a ela vinculados quando os servidores incorrem em infrações funcionais.
- (D) a concessão de poder a um agente público confere sempre a ele a faculdade de exercê-lo de acordo com o juízo de conveniência e oportunidade.
- (E) não é válida a conduta de condicionar a renovação de licença do veículo ao pagamento de multa quando o agente infrator não foi notificado.

36. Com base na teoria do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Atos perfeitos são atos que estão em conformidade com o direito e que já exauriram os seus efeitos, tornando-se irretroatáveis.
- (B) Atos complexos são formados pela manifestação de dois órgãos, sendo o conteúdo do ato definido por um, cabendo ao segundo a verificação de sua legitimidade.
- (C) A cassação consiste na extinção do ato administrativo em razão do descumprimento das razões impostas pela Administração ou ilegalidade superveniente imputável ao beneficiário do ato.
- (D) A caducidade é a extinção do ato administrativo em virtude da sua incompatibilidade com o seu fundamento de validade no momento da edição.
- (E) A revogação é a extinção do ato administrativo quando a situação nele contemplada não mais é tolerada pela nova legislação.

37. Sobre as licitações públicas, é correto afirmar que

- (A) as compras, sempre que possível, deverão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado. Dessa forma, a divisibilidade do objeto deverá ser considerada para definir o objeto do futuro contrato, podendo acarretar a dispensa ou inexigibilidade da licitação.
- (B) a licitação dispensada possui como características ter as suas hipóteses de realização previstas em rol não exaustivo, em semelhança ao que ocorre com as hipóteses de inexigibilidade de licitação.
- (C) podem participar da tomada de preços os interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o quinto dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (D) segundo a Lei nº 8.666/93, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- (E) a legislação contempla a possibilidade de realização de contratação direta no caso de licitação deserta, que se caracteriza quando existem licitantes presentes no certame, mas todos são inabilitados ou desclassificados.

38. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Em regra, a vigência dos contratos ficará restrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- (B) Por se tratar de garantia do contratado, a invocação do equilíbrio econômico-financeiro não pode ser realizada pela Administração para revisar o contrato administrativo.
- (C) O fato do príncipe é o fato praticado pela Administração que repercute direta e exclusivamente sobre o contrato administrativo.
- (D) É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada de forma gratuita.
- (E) O Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o dispositivo da Lei nº 8.666/93 que veda a responsabilização da Administração em caso de inadimplemento pelo contratado de encargos trabalhistas.

- 39.** A respeito dos bens públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Os bens dominicais, por não estarem afetados a finalidade pública, estão sujeitos à prescrição aquisitiva.
 - (B) Os bens públicos podem ser onerados com garantia real, eis que tais garantias possuem o condão de reduzir os riscos das relações travadas entre Administração e agentes privados.
 - (C) Os bens de todas as empresas estatais são considerados bens públicos, uma vez que tais pessoas jurídicas compõem a Administração indireta.
 - (D) O domínio eminente é a prerrogativa decorrente da soberania que autoriza o Estado a intervir em todos os bens localizados em seu território.
 - (E) A alienação de bens públicos imóveis pressupõe a sua desafetação, existência de justificada motivação, autorização legislativa, avaliação prévia e realização de licitação na modalidade tomada de preços.
- 40.** A respeito da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que
- (A) a responsabilidade civil das concessionárias por danos causados a terceiros na execução de serviços públicos é subjetiva, ante a inexistência de relação contratual entre as partes.
 - (B) a prescrição da pretensão de responsabilidade civil por danos extracontratuais em face do Estado prescreve no prazo de 3 (três) anos, conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) são pressupostos para a responsabilização extracontratual do Estado a existência de conduta culposa ou dolosa de agente público, dano e nexo causal.
 - (D) a responsabilidade civil objetiva para o Estado, prevista na Constituição Federal, aplica-se indistintamente às suas relações contratuais e extracontratuais.
 - (E) são causas excludentes do nexo de causalidade o fato exclusivo da vítima, o fato de terceiro e o caso fortuito e força maior.
- 41.** Sobre o instituto da desapropriação, assinale a alternativa correta.
- (A) O direito de extensão é o direito de o expropriado exigir a devolução do bem desapropriado que não foi utilizado pelo Poder Público para atender o interesse público.
 - (B) A desapropriação por zona abrange a área contígua necessária ao desenvolvimento de obras públicas e as zonas que valorizarem extraordinariamente em decorrência da realização do serviço.
 - (C) Pode o expropriado discutir em sua defesa apresentada em sede de ação de desapropriação qualquer matéria, em respeito ao princípio do devido processo legal.
 - (D) A indenização em todas as modalidades de desapropriação deve sempre ser prévia, justa e em dinheiro.
 - (E) Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, podem ser objeto de reivindicação quando comprovada a nulidade do processo de desapropriação.
- 42.** Com base na Lei nº 8.429/92, assinale a alternativa correta.
- (A) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações da lei de improbidade administrativa até o limite do valor da herança.
 - (B) Qualquer eleitor poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
 - (C) A legitimidade ativa para ajuizamento de ação de improbidade administrativa é exclusiva do Ministério Público.
 - (D) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário frustrar a licitude de concurso público.
 - (E) Será punido com a pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

43. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário

- (A) regularmente inscrito como dívida ativa.
- (B) devidamente constituído, mesmo que não inscrito na dívida ativa.
- (C) em fase de constituição, mesmo que não inscrito na dívida ativa.
- (D) regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.
- (E) não pago na data do seu vencimento.

44. Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), a pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento empresarial, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato:

- (A) integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
- (B) solidariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- (C) integralmente, se o alienante prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- (D) subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de três meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- (E) solidariamente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade, mesmo na hipótese de alienação judicial em processo de falência.

45. De acordo com a Lei nº 12.016/2009 (Mandado de Segurança),

- (A) cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.
- (B) o direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- (C) ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste as informações.
- (D) o ingresso de litisconsorte ativo será admitido mesmo após o despacho da petição inicial.
- (E) a sentença que conceder o mandado de segurança não pode ser executada provisoriamente, mesmo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.

46. Na sociedade limitada, a designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de

- (A) 1/3 (um terço), no mínimo, após a integralização.
- (B) 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.
- (C) 1/4 (um quarto), no mínimo, após a integralização.
- (D) 3/4 (três quartos), no mínimo, após a integralização.
- (E) 3/5 (três quintos), no mínimo, após a integralização.

47. Acerca da Ação Cautelar Fiscal, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a concessão da medida cautelar fiscal não é essencial a prova literal da constituição do crédito tributário.
- (B) A decretação da medida cautelar fiscal não produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação.
- (C) O juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal, desde que a Fazenda Pública apresente justificação prévia ou preste caução.
- (D) O requerido será citado para, no prazo de cinco dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir.
- (E) A medida cautelar fiscal conserva a sua eficácia no prazo de sessenta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa e na pendência do processo de execução judicial da Dívida Ativa, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

48. No processo de execução fiscal,
- (A) será admitida a reconvenção, a compensação e as exceções, inclusive as de suspeição, incompetência e impedimentos, que serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.
 - (B) recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda para impugná-los no prazo de 60 (sessenta) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
 - (C) não sendo embargada ou sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia prestada por terceiro, será este intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, remir o bem, se a garantia for real.
 - (D) a Fazenda Pública não poderá adjudicar os bens penhorados antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos.
 - (E) se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, independentemente da manifestação da Fazenda Pública, deverá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

49. Tício, maior de 18 anos, é portador de doença mental, necessitando de medicação diária. A doença, por si só, não prejudica a capacidade de compreensão. Todavia, a medicação, ingerida em conjunto com bebida alcoólica em quantidade, provoca surtos psicóticos, com exclusão da capacidade de entendimento. Tício sabe dos efeitos do álcool, em excesso, em seu organismo, mas costuma beber, moderadamente, justamente para desfrutar dos efeitos que, segundo ele, “dá barato”. Em uma festa, Tício, sem saber que se tratava de uma garrafa de absinto (bebida de alto teor alcoólico), pensando ser gim, preparou um coquetel de frutas e ingeriu. Ao recobrar a consciência, soube que esfaqueou dois de seus melhores amigos, causando a morte de um e lesão de natureza grave em outro. A respeito da situação, é correto afirmar que
- (A) Tício, devido à doença mental, é inimputável, sendo isento de pena.
 - (B) Tício é inimputável, sendo isento de pena, pois praticou o crime em estado de completa embriaguez, decorrente de caso fortuito.
 - (C) Tício é imputável, pois a embriaguez completa decorreu de culpa. Entretanto, faz jus à redução da pena.
 - (D) Tício é imputável, sendo punido de forma agravada, em vista da embriaguez pré-ordenada.
 - (E) Tício, por ser maior de 18 anos, é imputável, sendo irrelevante a circunstância de ter praticado o crime em estado de completa embriaguez.

50. Caio, jovem de 18 anos, não aceitando o namoro da mãe com Mévio, em coautoria com Tício, seu amigo de infância, no dia 30 de abril de 2015, munidos de dois megafones, dirigiram-se ao local onde Mévio trabalhava e lá passaram a relatar fatos e circunstâncias íntimas do namorado da mãe, especialmente, que ele havia sido traído pela ex-mulher, tendo descoberto recentemente não ser o pai biológico da filha. Mévio, envergonhado com o episódio, largou o emprego e desmanchou o namoro. Em consideração à ex-namorada, Mévio decide perdoar Caio do crime contra a honra praticado. Contudo, em relação a Tício, deseja que ele seja processado e exemplarmente punido pela vergonha infligida. A respeito da situação retratada, assinale a alternativa correta.

- (A) Tendo sido vítima de crime contra a honra, Mévio deverá representar em face de Tício, a fim de que ele seja processado e, ao final, condenado pelo crime praticado.
- (B) Tendo sido vítima de crime contra a honra, Mévio deverá propor queixa-crime em face de Tício, até o dia 30 de outubro de 2015, sob pena de decair do direito de processá-lo.
- (C) Tendo Mévio perdoado Caio, não poderá representar Tício, pois, em se tratando de crime de ação penal pública condicionada, o perdão concedido a um dos ofensores a todos aproveita.
- (D) Tendo Mévio perdoado Caio, não poderá ofertar queixa-crime em face de Tício, pois, em se tratando de crime de ação penal privada, o perdão concedido a um dos ofensores a todos aproveita.
- (E) O perdão concedido a Caio não obsta o direito de Mévio processar Tício pelo crime praticado, devendo exercê-lo até o dia 29 de outubro de 2015, sob pena de decadência.

51. Uma vez relatado o inquérito policial,

- (A) o delegado pode determinar o arquivamento dos autos.
- (B) o Promotor de Justiça pode denunciar ou arquivar o feito.
- (C) o Promotor de Justiça pode denunciar, requerer o arquivamento ou requisitar novas diligências.
- (D) o Juiz pode, diante do pedido de arquivamento, indicar outro promotor para oferecer denúncia.
- (E) a vítima pode, uma vez determinado o arquivamento, iniciar ação penal substitutiva da pública.

- 52.** A respeito dos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) o crime de sonegação de contribuição previdenciária é de competência da Justiça Estadual.
 - (B) importar mercadoria, sem o pagamento do imposto devido pela entrada, caracteriza o crime de contrabando, de competência da Justiça Federal.
 - (C) o tipo penal de abandono da função pública (artigo 323 do Código Penal) é norma penal em branco e prescinde de resultado.
 - (D) o crime de desobediência (artigo 330 do Código Penal) somente se caracteriza se do não atendimento à ordem resultar prejuízo à Administração Pública.
 - (E) a subtração de valor, bem ou dinheiro, por funcionário público, valendo-se da facilidade que a qualidade de funcionário lhe proporciona, caracteriza o crime de furto qualificado.
- 53.** Mévio, endividado, sequestra o próprio pai, senhor de 70 anos, objetivando obter como resgate, de seus irmãos, a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Para tanto, conta com a ajuda de Caio. Passadas 13 horas do sequestro, Caio se arrepende e decide comunicar o crime à Polícia que, pouco depois, invade o local do sequestro, libertando a vítima. A respeito da situação retratada, é correto afirmar que
- (A) Mévio e Caio praticaram extorsão mediante sequestro, na forma qualificada, haja vista que o crime perdurou por período superior a 12 horas.
 - (B) por se tratar de crime contra o patrimônio, Mévio é isento de pena, pois cometeu o crime em prejuízo de ascendente.
 - (C) por se tratar de crime contra o patrimônio, relativamente a Mévio, que praticou o crime em prejuízo de ascendente, a ação penal é pública condicionada à representação.
 - (D) Caio, mesmo tendo denunciado o crime à autoridade policial, não faz jus à redução da pena, por se tratar de crime na forma qualificada.
 - (E) Mévio e Caio praticaram extorsão mediante sequestro, na forma qualificada, por se tratar de vítima idosa.
- 54.** A respeito do crime previsto no artigo 359-C (assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura), é correto afirmar que
- (A) a condenação definitiva leva à perda do cargo, função pública ou mandato, tratando-se de efeito imediato da condenação.
 - (B) pode ser praticado por qualquer funcionário público.
 - (C) prevê a modalidade culposa.
 - (D) há previsão de elemento de tipo temporal, perfazendo-se a figura penal apenas se a conduta incriminada realizar-se nos dois últimos quadrimestres do mandato ou legislatura.
 - (E) tem por bem jurídico assegurar a veracidade nos pleitos dos poderes executivo, legislativo e judiciário.
- 55.** A respeito da Lei nº 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), assinale a alternativa correta.
- (A) Quem impede ou embaraça a investigação de infração que envolve organização criminosa está sujeito a punição idêntica à de quem integra organização criminosa.
 - (B) Havendo indício de que o funcionário público integra organização criminosa, o Juiz poderá determinar o afastamento cautelar do cargo, com suspensão da remuneração.
 - (C) Quem exerce o comando da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente nenhum ato de execução, está sujeito a punição idêntica à de quem apenas integra organização criminosa.
 - (D) A infiltração policial, a ação controlada e a captação ambiental são meios de prova permitidos apenas na fase investigativa.
 - (E) A colaboração premiada é admitida apenas até a sentença.
- 56.** A Lei nº 12.846/13, também conhecida por Lei Anticorrupção,
- (A) aplica-se tanto a pessoas físicas quanto pessoas jurídicas, por atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira.
 - (B) prevê responsabilização administrativa, civil e penal, por atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira.
 - (C) prevê que a responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, por atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira.
 - (D) prevê a possibilidade de celebração de acordo de leniência que, uma vez integralmente cumprido, exime da obrigação de reparar o dano causado.
 - (E) equipara organização pública internacional à administração pública estrangeira.

**TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS,
COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

57. São interesses difusos, na interpretação literal do art. 1º da Lei da Ação Civil Pública, que podem ser defendidos em juízo, aqueles que envolvam pretensão sobre
- (A) tributos.
 - (B) contribuições previdenciárias.
 - (C) fundo de garantia do tempo de serviço – FGTS.
 - (D) fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados ou não.
 - (E) a honra e a dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.
58. No que concerne às ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência, nos termos da Lei Federal nº 7.853/89, é correto asseverar que
- (A) poderão ser propostas por autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.
 - (B) para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, que deverão ser fornecidas dentro de 30 (trinta) dias.
 - (C) poderá ser negada certidão ou informação acerca de seu andamento, com a finalidade de preservar o interesse da pessoa portadora de deficiência ou de empresa envolvida na demanda.
 - (D) sendo ajuizada por um dos colegitimados, os demais devem habilitar-se como litisconsortes.
 - (E) em caso de desistência ou abandono da ação por um dos legitimados concorrentes, apenas o Ministério Público pode assumir a titularidade ativa.
59. Sobre as sanções derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, nos termos da Lei Federal nº 9.605/98, é correto afirmar que
- (A) o diretor de pessoa jurídica que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la, responderá civil, mas não criminalmente.
 - (B) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal, no interesse ou benefício de terceiro.
 - (C) a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
 - (D) poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica, sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
 - (E) a perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança, mas não se presta para fixação do cálculo de multa.
60. Assinale o conceito correto utilizado pela Lei Federal nº 12.651/2012:
- (A) pousio: prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 6 (seis) anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo.
 - (B) áreas úmidas: pantanais e superfícies terrestres cobertas de forma permanente por águas, cobertas originalmente por florestas ou outras formas de vegetação adaptadas à inundação.
 - (C) crédito de carbono: título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável.
 - (D) faixa de passagem de inundação: área de várzea ou planície de inundação adjacente a cursos d'água que permite o escoamento artificial.
 - (E) relevo ondulado: expressão geomorfológica usada para designar área caracterizada por movimentações de águas que geram depressões.
61. Em relação ao acesso do idoso à Justiça, assim como sobre a prioridade na tramitação de processos e procedimentos envolvendo idosos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, assinale a assertiva verdadeira.
- (A) O Poder Judiciário, havendo número de demandas razoável por comarca, deverá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.
 - (B) A obtenção da prioridade de tramitação processual deverá ser feita pelo interessado mediante requerimento, fazendo prova de sua idade, à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.
 - (C) É assegurada prioridade na tramitação dos processos em que figure parte com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
 - (D) A prioridade de tramitação processual cessa com a morte do beneficiado.
 - (E) Prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, mas não para empresas prestadoras de serviços públicos.

62. Sobre a assistência social, assinale a alternativa correta.

- (A) As ações de assistência social, no âmbito das entidades e organizações de assistência social, observarão as normas expedidas pelos Conselhos Nacional e Estaduais de Assistência Social.
- (B) A União, os Estados e o Distrito Federal fixarão suas respectivas Políticas de Assistência Social, sendo vedado aos Municípios assim proceder.
- (C) O funcionamento das entidades e organizações de assistência social, como regra, depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Nacional de Assistência Social.
- (D) A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.
- (E) Os critérios de inscrição e funcionamento das entidades com atuação em mais de um município no mesmo Estado, ou em mais de um Estado ou Distrito Federal, devem ser determinados pelo Ministério da Previdência Social.

63. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos deve conter como conteúdo mínimo:

- (A) diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição transitórias e finais adotadas.
- (B) identificação de áreas favoráveis e desfavoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.
- (C) procedimentos operacionais e especificações mínimas e máximas, a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.
- (D) identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios e Estados, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais.
- (E) programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver.

64. Constitui diretriz geral de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos:

- (A) a gestão sistemática dos recursos hídricos, com dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade.
- (B) a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País.
- (C) a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, social, econômica e do patrimônio histórico.
- (D) a articulação da gestão de recursos hídricos com a de recursos minerais, vegetais e animais.
- (E) a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos, zonas costeiras e de encostas de morro.

DIREITO DO TRABALHO

65. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, a mudança na propriedade ou estrutura jurídica da empresa

- (A) poderá afetar os direitos adquiridos pelos empregados, se houver previsão em lei municipal.
- (B) poderá acarretar a extinção automática dos contratos de trabalho mantidos com o sucedido.
- (C) não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- (D) importará a celebração de novos contratos de trabalho com os empregados do sucedido.
- (E) assegurará o direito de rescisão indireta dos contratos de trabalho aos empregados do sucedido.

66. A Consolidação das Leis do Trabalho

- (A) inviabiliza, em qualquer circunstância, o reconhecimento do vínculo de emprego quando se tratar de trabalho prestado com intermediação de cooperativas.
- (B) assegura que o contrato de trabalho é um contrato-realidade, possibilitando o reconhecimento de vínculo de emprego com a Fazenda Pública, desde que presentes os requisitos caracterizadores.
- (C) não assegura a nulidade dos atos que objetivam inviabilizar a aplicação de seus preceitos.
- (D) apresenta os requisitos para a existência da relação de trabalho que se estabelece entre empregado e empregador.
- (E) aplica-se ao representante comercial autônomo em situações específicas.

67. A despedida por justa causa

- (A) pressupõe prática, pelo empregado, de ato faltoso grave que torna inviável a manutenção do vínculo de emprego.
- (B) depende da ocorrência de punições anteriores para o mesmo ato faltoso, tais como advertências e suspensões.
- (C) depende do ajuizamento de inquérito judicial para apuração de falta grave.
- (D) acarreta a perda do direito aos valores do fundo de garantia do tempo de serviço depositados pelo empregador.
- (E) não se aplica ao empregado que goza de estabilidade provisória no emprego.

68. A estabilidade provisória destinada ao dirigente sindical

- (A) aplica-se a todos os eleitos, titulares e suplentes.
- (B) fica limitada a sete eleitos titulares e igual número de suplentes.
- (C) aplica-se a todos os eleitos, apenas limitando a sete o número de suplentes.
- (D) não beneficia os suplentes.
- (E) subsiste na hipótese de extinção da atividade empresarial na base territorial do sindicato correspondente.

69. Tratando-se de execução em reclamações plúrimas, em face da Fazenda Pública,

- (A) não é possível a dispensa de formação do precatório.
- (B) para efeito de dispensa de formação do precatório e aplicação da requisição de pequeno valor (art.100, § 3º, CF) deve ser considerado o valor total da execução.
- (C) para efeito de dispensa de formação do precatório e aplicação da requisição de pequeno valor (art.100, § 3º, CF) deve ser considerado o valor do crédito de cada reclamante.
- (D) caberá ao magistrado decidir se expede o precatório, de acordo com sua livre convicção.
- (E) caberá aos reclamantes o fornecimento das peças para formação do precatório, independentemente do valor do crédito exequendo.

70. Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, ficando excepcionados, entre outros,

- (A) os adiantamentos, os descontos legais e os danos culposos, independentemente de previsão contratual.
- (B) os danos causados por dolo do empregado, desde que haja previsão contratual.
- (C) a mensalidade sindical, os descontos legais e os danos causados pelo empregado, independentemente de qualquer outra condição.
- (D) os danos causados por culpa ou dolo do empregado, independentemente de previsão contratual.
- (E) os danos causados por dolo do empregado.

71. Nos contratos de trabalho por prazo determinado,

- (A) aplica-se o aviso prévio em favor do empregado, na hipótese de despedida antes do termo final, se houver cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada.
- (B) o aviso prévio não poderá ser aplicado, pois não é compatível com referida modalidade contratual, não se admitindo cláusula em contrário.
- (C) não se admite o gozo de férias, as quais serão indenizadas por ocasião do termo final.
- (D) o seguro-desemprego será devido ao empregado, desde que o período contratual não seja inferior a seis meses.
- (E) a prorrogação pode ocorrer em, no máximo, duas oportunidades, desde que não ultrapasse o período de dois anos.

DIREITO DE PESSOAL E PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO

72. De acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 1.010/2007 do Estado de São Paulo, a SPPREV, no desempenho de suas atividades,

- (A) poderá conceder empréstimos à União e aos Estados, mas não aos Municípios e às entidades da Administração indireta.
- (B) poderá conceder empréstimos aos Estados e aos Municípios, mas não à União e às entidades da Administração indireta.
- (C) poderá conceder empréstimos aos Municípios, mas não à União e aos Estados.
- (D) não poderá conceder empréstimos à União, aos Estados ou aos Municípios.
- (E) está impedida de conceder empréstimos, apenas, aos servidores públicos ativos e inativos.

- 73.** Para efeitos da lei que instituiu o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo (Lei nº 14.653/11), entende-se por
- (A) patrocinador: o Estado de São Paulo, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, das Universidades, do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como os municípios paulistas, suas autarquias e fundações, mediante prévia autorização do Conselho Deliberativo da SPPREVCOM, por maioria absoluta, e desde que firmem convênio de adesão e venham a aderir ao plano de benefícios previdenciários complementares administrados pela referida entidade.
 - (B) participante: o Estado de São Paulo, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, das Universidades, do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como os municípios paulistas, suas autarquias e fundações, mediante prévia autorização do Conselho Deliberativo da SPPREVCOM, por maioria absoluta, e desde que firmem convênio de adesão e venham a aderir ao plano de benefícios previdenciários complementares administrados pela referida entidade.
 - (C) participante: a entidade fechada de previdência complementar que administra plano ou conjunto de planos de benefícios para diversos grupos de participantes, com independência patrimonial e financeira entre planos.
 - (D) assistido: a entidade fechada de previdência complementar que administra plano ou conjunto de planos de benefícios para diversos grupos de participantes, com independência patrimonial e financeira entre planos.
 - (E) assistido: a entidade fechada de previdência complementar que congrega mais de um patrocinador ou instituidor.
- 74.** De acordo com o artigo 2º da Lei 14.653/2011, entende-se por multiportfólio
- (A) o conjunto de regras que define a constituição e funcionamento da SPPREVCOM.
 - (B) a opção oferecida aos participantes para alocação das suas reservas garantidoras em diferentes carteiras de investimentos, observadas as regras constantes no regulamento dos planos de benefícios previdenciários complementares.
 - (C) o conjunto de obrigações e direitos derivado das regras do regulamento definidoras do custeio e dos benefícios de caráter previdenciário, que possui patrimônio próprio, independência patrimonial, contábil e financeira com relação aos demais planos de benefícios previdenciários complementares administrados pela SPPREVCOM, inexistindo solidariedade entre os planos.
 - (D) o conjunto de normas disciplinadoras do plano de benefícios previdenciários complementares.
 - (E) o benefício de renda mensal continuada paga ao assistido, conforme regras estabelecidas no regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares.
- 75.** De acordo com a Lei nº 9.717/98, que versa sobre a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos,
- (A) a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior à metade do valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
 - (B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
 - (C) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso.
 - (D) as alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal.
 - (E) no caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios não assumirão a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.
- 76.** De acordo com a Lei Complementar nº 245/2014, do Município de Itaquaquecetuba, o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais será administrado
- (A) pela Assembleia Geral, o Conselho Administrativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva.
 - (B) pela Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva.
 - (C) pelo Conselho Administrativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva.
 - (D) pelo Conselho Administrativo, o Conselho de Contribuintes e a Diretoria Executiva.
 - (E) pelo Conselho Fiscal, o Conselho de Contribuintes e a Diretoria Executiva.

- 77.** De acordo com a Lei Complementar nº 245/2014, do Município de Itaquaquecetuba, a aposentadoria por invalidez será paga ao segurado a partir
- (A) da data do acidente que gerou a incapacidade.
 - (B) da data da notificação da municipalidade da ocorrência do acidente.
 - (C) da data do laudo médico pericial que declarar a incapacidade.
 - (D) do mês seguinte ao do acidente que gerou a incapacidade.
 - (E) do mês seguinte à data do laudo médico pericial que declarar a incapacidade.
- 78.** De acordo com a Lei Complementar nº 245/2014, do Município de Itaquaquecetuba, a Prefeitura, a Câmara, as autarquias e as fundações públicas municipais devem arcar com o pagamento do auxílio-doença durante os primeiros
- (A) 15 dias de afastamento.
 - (B) 45 dias de afastamento.
 - (C) 60 dias de afastamento.
 - (D) 12 meses de afastamento.
 - (E) 60 meses de afastamento.
- 79.** De acordo com a Lei nº 8.213/91,
- (A) o período de carência é o número mínimo de meses de filiação indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.
 - (B) havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.
 - (C) para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições referentes ao período, a partir da data de filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no caso dos segurados empregados, exceto os domésticos, e dos trabalhadores avulsos.
 - (D) não se submete ao período de carência o pagamento de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez independentemente da causa da incapacidade.
 - (E) para que o segurado do Regime Geral da Previdência Social tenha direito à aposentadoria por idade, além do requisito etário, faz-se necessário o cumprimento da carência equivalente a 150 contribuições mensais.
- 80.** De acordo com a Lei nº 9.796/1999,
- (A) considera-se regime de origem: o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime instituidor.
 - (B) considera-se regime instituidor o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes.
 - (C) os regimes próprios de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios só serão considerados regimes de origem quando o Regime Geral de Previdência Social for o regime instituidor.
 - (D) o Instituto Nacional do Seguro Social INSS comunicará o total a ser desembolsado por cada regime de origem até o dia quinze de cada mês, devendo os desembolsos serem feitos até o quinto dia útil do mês subsequente.
 - (E) o Instituto Nacional do Seguro Social INSS comunicará o total a ser desembolsado por cada regime de origem até o dia trinta de cada mês, devendo os desembolsos serem feitos até o décimo dia útil do mês subsequente.

